

**A invisibilização  
identitária da África  
lusófona na *Folha de S.  
Paulo* e em *O Globo***

The invisibility identity  
African lusófona in the *Folha*  
de S. Paulo and *O Globo*

La invisibilidad de identidad  
el África lusófona en la *Folha*  
de S. Paulo y *O Globo*

**Elton Antunes<sup>1</sup>  
José Cristian Góes<sup>2,3</sup>**

**RESUMO**

Com o objetivo de compreender como os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* noticiaram as relações entre Brasil e África portuguesa, investigamos as notícias nesses jornais no período de 1996 a 2006, quando a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) fez dez anos de instituída. Esse trabalho se insere num debate sobre jornalismo e construções identitárias. Os resultados desse levantamento indicam existir uma produção midiática de ausências, de não ditos e de ditos, que tem sua base na história racial brasileira, e que propõe o apagamento dos traços étnico raciais entre os países de língua portuguesa, resultando em invisibilizações identitárias.

**Palavras-chave:** Jornalismo; África portuguesa; Identidades; Invisibilização.

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: [eltunes@uol.com.br](mailto:eltunes@uol.com.br).

<sup>2</sup> Doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais, jornalista, especialista em Comunicação na Gestão de Crise (Gama Filho) e em Gestão Pública (FGV/Esaf), mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: [cristiangoes\\_brasil@yahoo.com.br](mailto:cristiangoes_brasil@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Secretaria do Programa de Pós-graduação em Comunicação. Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - Sala 4234- 4º Andar. Belo Horizonte/MG. Brasil. CEP: 31270-901.

### **ABSTRACT**

In order to understand how the newspaper Folha de S. Paulo and O Globo reported relations between Brazil and Portuguese Africa, we investigated the news these papers, from 1996 to 2006, when the CPLP (Community of Portuguese Speaking Countries) did ten years established. The results of this survey indicate that there is a media production absences of unspoken and said, that has its basis in Brazilian racial history, and proposes the deletion of ethnic racial traits among the Portuguese-speaking countries, resulting in invisibilizações identity.

**Keywords:** Journalism; Portuguese Africa; Identities; Invisibility.

### **RESUMEN**

Con el fin de entender cómo el diario Folha de S. Paulo y O Globo relaciones entre Brasil y África portuguesa, que investigó las noticias estos documentos, de 1996 a 2006, cuando la CPLP (Comunidad de Países de Lengua Portuguesa) hizo diez años establecidos. Este trabajo es parte de un debate sobre periodismo y de identidad construcciones. Los resultados de esta encuesta indican que hay una ausencia de producción de medios de tácito y dijo, que tiene su base en la historia racial de Brasil, y propone la supresión de raza étnica rasgos entre los países de habla portuguesa, lo que resulta en la identidad invisibilizações.

**Palabras clave:** Periodismo; África portuguesa; Identities; Invisibilidad.

Recebido em: 13/08/2015. Aceito em: 30/09/2015. Publicado em: 30.09.2015.

## 1 Introdução

Quando foi lançado o filme *Um homem que grita* (2010), o diretor Mahamat Haroun justificou que essa produção seria uma forma de romper com a “invisibilidade” imposta à África por grandes corporações ocidentais e, ao mesmo tempo, de criar “pontes” com o Brasil. Nascido em Chade, no centro-norte africano, Haroun disse que a imprensa ocidental contribui para uma visão reducionista e preconceituosa do seu continente.

Mas como a África é vista no Brasil? Parece nítido que entre Brasil e África existem sólidas pontes históricas, construídas por uma herança colonial portuguesa, o que resultou, em alguns casos, num idioma significativamente assemelhado. E foi a língua que possibilitou ao Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, onde o português é idioma oficial, constituírem uma comunidade lusófona, junto com Portugal e Timor Leste. Esses nove países criaram a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) em 1996, em Lisboa.

Para saber como um país enxerga *outro* podemos recorrer a vários lugares, entre eles à mídia, um campo que formata a cultura “e que catalisa uma nova esfera pública de informação, entretenimento e debate” (XAVIER, 2006, p.16). Podemos buscar informações em filmes, músicas, na literatura nacional. Para esse trabalho, recorreremos ao jornalismo. Em uma série de notícias, podemos ter à disposição um conjunto de dados que pode constituir simbolicamente o que entendemos como o *outro*. Ocorre que quando olhamos para *os de fora*, acabamos revelando, identitariamente, *os de dentro*.

Interessa-nos saber nesse trabalho se as notícias no Brasil sobre os países africanos, em especial, os de língua portuguesa jogam luzes ou apagam as pontes histórico-identitárias que nos unem. E mais, reconhecemo-nos como membros da lusofonia, onde também estão os africanos? Se não nos

entendemos como comunidade lusófona, o que indicaria essa rejeição? Haveria ação e conteúdo raciais envolvendo jornalismo, identidades e as relações entre Brasil e África portuguesa? Nosso objetivo não é responder completamente esses questionamentos e outros que surgem, mas indicar alguns indícios para uma possível abordagem. No escopo desse artigo, a ideia é discutir modos de visibilização e de invisibilização<sup>4</sup> dos traços identitários e examinar modos de como o jornalismo participa desse processo. Para isso, escolhemos os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, na medida em que eles se apresentam como referências nacionais: "Um jornal a serviço do Brasil", garante a *Folha*. O jornal *O Globo* faz parte do maior grupo empresarial de comunicação nacional.

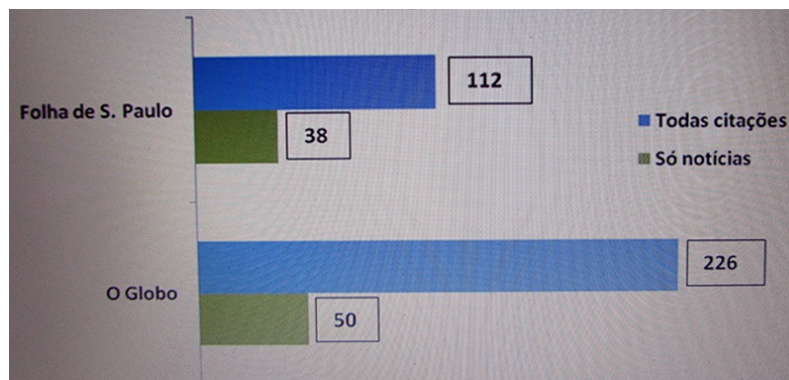
Nosso recorte compreendeu a análise do conteúdo noticioso dos primeiros dez anos da CPLP. Selecionamos notícias de 01/01/1996 até 01/01/2006 no acervo desses jornais e utilizamos como palavras-chave: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, lusofonia, lusófono, África portuguesa. O resultado indicou 112 citações na *Folha* e 226 em *O Globo* nesse período de dez anos.

No entanto, muitos registros nesse montante não contribuíam ao objetivo da pesquisa, que é o de saber como os jornais diretamente noticiaram a África portuguesa, através da CPLP. Por isso, refinamos a coleta inicial, excluindo textos de opinião, resenhas de livros e de filmes, notas em colunas, citações isoladas, cartas do leitor e publicidade. A nossa investigação se prendeu às notícias, aos editoriais e às entrevistas, todas agrupadas em *notícias*. Em todas elas, a predominância temática é a África portuguesa, CPLP, lusofonia e lusófono. Com esse novo recorte, obtivemos, então, 38 registros na *Folha* e 50 em *O Globo*, conforme a Tabela 1.

---

<sup>4</sup> A opção por usar os termos visibilizações e invisibilizações em lugar de visibilidade e invisibilidade decorre da compreensão que os primeiros têm condição momentânea e se alternam a depender das forças em jogo.

Tabela 1 - Notícias na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo* sobre CPLP



Fonte: Pesquisa no acervo do jornal de janeiro de 1996 a janeiro de 2006

Depois de selecionadas, as notícias foram agrupadas por anos e temas. Quatro grupos que envolvem esse tema foram definidos: o presidente FHC (Fernando Henrique Cardoso), de 1996 a 2002; o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2006; os acordos (ortográfico, econômico, saúde e outros); e os conflitos (golpes, guerras civis e tragédias). Ressaltamos que uma mesma notícia até poderia transitar por mais de um grupo, no entanto, ela só recebeu um único registro e o critério para ele foi o da predominância temática.

## 2 Discutindo as identidades como dispositivo

Por meio das Ciências Sociais propomos discutir as identidades porque é nesse campo que elas não têm um conceito acabado, mas estão em *processo*, sendo amplas e complexas construções socioculturais, o que sepulta, logo de saída, a ideia de algo natural, biológico. Além disso, as identidades se movem numa dimensão imaginária, o que garantirá aberturas interpretativas. Elas vão estar sempre em construção e reconstrução (HALL, 2006).

Porém, assegurar que as identidades nacionais estão em fluxo permanente e formando comunidades de fantasia não significa imaginar um percurso sem rumo e ao sabor de vontades individuais. Até as identidades

pensadas estáveis, como as de gênero, “escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação” (SANTOS, 1993, p. 31). E aqui está um aspecto central nessa discussão: elas são construídas, convocadas e se movimentam em razão de disputas, de jogos, de relações de poder. As identidades se inscrevem na tensão entre o móvel e o trânsito e as tentativas de fixação e de estabilidade. Essas formulações nos convocam a refletir “as identidades como um *dispositivo discursivo* porque são atravessadas por profundas divisões e diferenças” (HALL, 2006, p. 62, grifos do original).

As identidades, especialmente as coletivas, as nacionais, constituem-se um dispositivo à medida que formam um conjunto heterogêneo de vários elementos, envolvendo discursos (memórias e esquecimentos, mitos fundadores, inimigos, heróis) que definem pertencas e diferenças; instituições materiais e imateriais (povo, nação, língua, símbolos); organizações arquitetônicas (monumentos e paisagens); leis, (a Carta Magna); enunciados científicos e morais (o que é ser brasileiro).

No dispositivo identitário podem ser percebidas as estratégias políticas, econômicas, culturais, sociais, religiosas, midiáticas atuando em sua constituição. Por isso, ele está inscrito diretamente nas tramas do poder. Esse dispositivo se constitui e é constituído na experiência social e é acionado, de forma nítida, em emergências a serem respondidas.

O *dispositivo* proposto ganha outra dimensão além de aparato técnico. Ele se configura como um complexo conjunto heterogêneo de elementos que envolve “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Tais elementos estabelecem uma rede entre si e são parte das estratégias de poder

que terão forças para conduzir e conformar o que chamaríamos de realidade. O dispositivo tem uma característica decisiva: os jogos incessantes de poder que o constituem. Porém, essas forças não aparecem com clareza porque é só escondendo uma parte importante de si mesmo que o poder será tolerável. “Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos” (FOUCAULT, 1988: 83). O dispositivo é entrelaçado por múltiplas linhas de força, produzindo “curvas de enunciação e de visibilidade” (DELEUZE, 1990, p. 158).

Assim, as identidades nacionais são dispositivos porque se constituem nesse conjunto heterogêneo de elementos e que envolvem uma série de *discursos*, por exemplo, sobre os mitos fundadores da nação, as memórias, os esquecimentos, os heróis e os inimigos. Ele se enreda por *instituições* materiais e imateriais, como povo, nação, língua; por *organizações arquitetônicas*, como monumentos, paisagens; por *decisões e leis*, a exemplo da Carta Magna; por *enunciados morais*, como a ideia de ser brasileiro e projeto da nação. Esse dispositivo é entrecortado por outros, como políticos, econômicos, religiosos, midiáticos, estando inscrito em tensões sutis e pouco visíveis.

Vejamos uma rápida ilustração: algumas notícias sobre os países africanos de língua portuguesa nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* são resultado de viagens dos presidentes do Brasil até eles. Lula, por exemplo, visitou nações africanas e, muitas vezes, teve essa sua ação relacionada sempre com pobreza e ditadura, conforme a Figura 1. O porquê se recorre a essa associação? O que ela visibiliza? Quais acionamentos do dispositivo identitário estão aí?



Figura 1 – Recorte de parte da notícia em *O Globo* (*O País*, 28/07/2004, p. 12)

No decorrer do artigo, outros exemplos podem ajudar a responder essas questões. Vale reafirmar que essa condição discursiva do *dispositivo identitário* é reiterada ao longo tempo, constituindo-se numa espécie de cognição identitária e que pode se configurar em tradição.

### 3 Comunicação, jornalismo e (in) visibilizações

Estamos tão profundamente mergulhados no mundo da vida, que os inúmeros e complexos processos sociais que nos constituem e nos envolvem parecem ser como simples atitudes naturais, diluídas no intenso cotidiano. Longe das percepções ordinárias, eles nos atravessam quase que completamente despercebidos. Um desses processos é o da comunicação, uma condição primária e básica para a vivência humana. É através dela que, desde os tempos imemoriais produzimos, partilhamos e trocamos os vários sentidos que compõem a nossa existência. Por meio da comunicação, reconhecemo-nos, somos reconhecidos e nos diferenciamos dos outros. Ela é tão central que Dewey (1980, p. 41) afirma que “a comunicação é uma condição da consciência”. A comunicação exige, para se realizar enquanto um processo social, o contato, as relações, as interações, as mediações entre as pessoas. É um pôr-se em ação, um estar-no-mundo. Podemos ilustrar a comunicação



como uma espécie de laço que nos faz abraçar os outros, apreendendo-nos como humanidade.

Esse apresentar-se ao outro, o se permitir a troca, isto é, o comunicar, não ocorre de maneira mecânica, transmissiva, com papéis fixos entre os falantes e ouvinte. Ao contrário, esse é um processo dialógico, de múltipla afetação entre os sujeitos, que vai se constituindo na experiência. Assim, ao estabelecermos vínculos com os outros, apreendemos sobre o eu e nós no mundo, contextualizando-o, do mais próximo até uma imaginária globalidade.

É por meio das interações, da comunicação, que nos reconhecemos, somos reconhecidos e nos diferenciamos. O comunicar é uma espécie de laço que, em certa medida, nos ata e nos faz apreendermo-nos como uma humanidade. Esse é um processo de múltipla afetação porque ao estabelecermos vínculos com o *outro*, aprendemos sobre o *eu* e o *nós* no mundo. Por essa perspectiva, Quéré (1991) diz que os sujeitos agem e sofrem em razão de seus gestos comunicativos, construindo-se e sendo construído por eles. Se a comunicação é um laço, as identidades são como marcas seletivas que podem nos aproximar por uma ideia de pertença, de semelhança, mas também nos diferenciar, estabelecendo distância do *outro*.

As mediações por meio e através de processos midiáticos, como gestos comunicacionais, são fundamentais porque “num mundo transnacional caracterizado pela circulação global de imagens e sons, mercadorias e pessoas, têm enorme impacto sobre as identidades nacionais e o sentido de comunidade” (SHOHAT e STAM, 2006, p. 28). Esse viés faz com que percebamos a comunicação implicada em relações de poder, nas tramas dos jogos de força. Isso porque ela é desencontrada, marcada por conflitos e interesses (BRAGA, 2010), ou seja, é um fenômeno imperfeito, *seletivo* e interessado e que produz ao mesmo tempo vozes e silêncios, ditos e não ditos, visibilizações e

invisibilizações. “O dito e o não dito são elementos do dispositivo” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Em razão do jogo de forças nos processos comunicacional e identitário, inferimos existir um *regime de seleção*, isto é, uma ação de julgar-selecionar algumas ocorrências diante da infinidade e, assim, propor sínteses organizativas sobre o mundo. O jornalismo é uma instituição que cumpre a tarefa de selecionar e indicar as explicações, traduzir o mundo. É da ação do jornalismo escolher, separar, dispor, o que significa, também e ao mesmo tempo, excluir e instituir. Ele se insere numa rede de intencionalidades movidas por disputas assimétricas, sendo um lugar do ver e do falar, mas também garantindo uma massa de não vistos e de não ditos.

Chamamos atenção que o não dito também pode ser resultado de seu inverso, ou seja, do excesso de luzes, do encandear pelo *tanto ver* e pelo *tanto falar*. Ou seja, a intensidade proposital de relatos selecionados pode provocar um programado não ver diante do visível. Assim, não seria só escuro e silêncio, mas enunciações intensas, reiteradas e politicamente desviantes que também poderiam causar invisibilizações, um *simulacro do visível*.

Recusamos formulações que consideram o jornalismo elemento central e decisivo na configuração da ideia de *realidade*. Entendemos que seus efeitos são limitados porque ele não engloba a totalidade da experiência e nem da comunicação. “É um fluxo, mas não é ininterrupto à maneira como vemos um rio” (ANTUNES e VAZ, 2006, p. 52), o que significa dizer que o jornalismo não tem a condição exclusiva para visibilizar e/ou invisibilizar as ocorrências do mundo, sendo *um*, entre outros agentes. Reconhecemos, porém, que ele está entrelaçado por relações de poder e ainda se apresenta como lugar privilegiado para mediações, constituindo-se num ambiente social de fazer ver e de fazer falar.

A relação entre jornalismo e identidades tem destaque em Anderson (1993). Para ele, o desenvolvimento da imprensa no século XVIII foi responsável por conceber a nação como comunidade imaginada. Os jornais se constituíram numa “língua impressa”, o que unificou e possibilitou às pessoas terem a sensação de simultaneidade de um “tempo homogêneo e vazio”. As notícias sobre navegações, crimes, decretos formaram uma comunidade imaginada dando a ver o mundo como um todo. “O capitalismo impresso permitiu que um número rapidamente crescente de pessoas pensasse a cerca de si mesmos, e se relacionasse com outros, em formas profundamente novas” (ANDERSON, 1993, p. 62). Desde as suas primeiras configurações, o jornalismo participa dos processos de construção identitária, muitas vezes apontando para o acordo, excluindo discordâncias, e realçando modelos que reforçam as diferenças.

#### **4 A história, o Brasil e a África portuguesa nos jornais**

Antes de tratar da coleta e da análise das notícias na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo* sobre a África portuguesa, consideramos fundamental fazer um breve apontamento histórico. O Brasil foi incluído no mapa do mundo no século XVI. Para Furtado (2005), isso se deu apenas em razão da expansão mercantil europeia. A imposição desse tipo de vocação como destino, ou seja, de ser lugar de *exploração* norteou as ideias de uma nação tardia, que só iria surgir no século XIX. No longo período de *não nação* e até depois dela, fomos o *outro*, ou seja, colônia portuguesa, e também como incursões de outros impérios, como o dos ingleses, espanhóis, franceses, holandeses, o que terá profundos reflexos identitários.

Parte das massas de gentes mobilizadas *para* e *no* Brasil se insere, a maioria pela força, nessa lógica de exploração. Daí não apenas a escravização de indígenas e de negros, mas todas as relações estarão submetidas a esse

quadro metrópole/colônia. “O ‘ser humano universal’ (o burguês europeu) gerava um ‘inumano universal’, capaz de abrigar todos os qualitativos referentes a um ‘não-homem’: bárbaros, negros, selvagens” (SODRÉ, 1999, p. 54).

Com a fuga da família real e da corte portuguesa ao Brasil em 1808 e, depois, com a independência, as referências identitárias da nova nação são indicadas como europeias e logo assumidas pelas elites brasileiras. Tem-se o desenvolvimento do *caráter nacional* ideal: homem branco, culto, cordial. Essa foi uma linha de força nos processos identitários que entrelaçou todos os setores na construção do país. O diferente/inimigo era o que carregava a brasilidade *maldita*, o que explicaria o atraso da nação, a sua não modernidade. O *outro* era o negro, pobre, crioulo, africano, brasileiro africanizado, malandro, preguiçoso.

Vale lembrar as teses dos negros como criminosos natos em Nina Rodrigues (1957); a defesa da imigração de nórdicos em Sílvio Romero (1943) para “embranquecer” o país; a aceitação da miscigenação em Gilberto Freyre (1946) para limpar o “sangue negro”. Temos uma síntese de *identidade nacional brasileira* que vai sendo construída para acertar os passos com uma idéia civilizatória europeia, do colonizador; baseada no mundo moderno e no apagar identitário nacional de negros africanos, índios e pobres. A teoria do brasileiro como resultado da união harmoniosa das três raças é uma linha de força no dispositivo identitário que busca, no mínimo, silenciar as diferenças. Assim, as forças dominantes na história tentam conduzir um trânsito de uma identidade nacional estável no Brasil que

pressupõe apagar algo que positivamente existia (a violência da colonização, o sistema escravagista e a multidão de negros que povoavam o país) e, ao mesmo tempo, pressupõe criar algo que positivamente nunca existiu: o consórcio harmonioso entre

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p147>

colonizador e o habitante natural da terra, o reconhecimento da resistência heróica das culturas autóctones, a convergência entre valores nativos e os valores da civilização ocidental (CUNHA, 2006, p. 101).

A imposição do que Shohat e Stam (2006) vão chamar de “eurocentrismo” se espalha até as raízes profundas da formação da nação e talvez ajude a compreender algumas questões internas e externas no Brasil, como o racismo contra negros, o preconceito contra pobres e, no caso dos países de língua portuguesa, que são majoritariamente africanos, pode revelar algumas das razões de nossas opções externas. Para Sodré (1999), ainda hoje persiste a utopia civilizatória europeia, onde os europeus, diretamente ou por meio de suas elites nacionais e detentoras dos meios de comunicação, “continuam a reproduzir o discurso de enaltecimento do seu valor universalista, como garantia da colonialidade do poder” (SODRÉ, 1999, p. 33).

É importante atentar que, no processo de construção identitária pelas elites nacionais no Brasil, há certa distância com Portugal. A explicação não seria uma revanche histórica, mas o fato de Portugal ter sido, por longos anos, um país periférico na Europa, “atuando como correia de transmissão entre as colônias e os grandes centros de acumulação, sobretudo a Inglaterra” (SANTOS, 1993, p. 44). Também para esse autor, com a fuga de Dom João VI ao Brasil, a colônia se tornou a cabeça do império e, com essa inversão, a elite brasileira se sentia europeia num momento, e depois, compreendia Portugal apenas como acesso ao moderno.

Há ainda dois aspectos históricos relevantes que têm influência no processo identitário que envolve os países africanos de língua portuguesa. O primeiro é que o Brasil é uma das últimas nações a, oficialmente, encerrar com a escravidão negra. Aqui, nas vésperas do século XX, muitos africanos ainda eram propriedades, seres sem alma. O sistema escravista no Brasil fincou raízes por

mais de 320 anos e isso não passará incólume. O segundo aspecto é que as colônias portuguesas na África deixaram a condição de colônia há menos de 40 anos. Só em 1976, por exemplo, Moçambique se liberta de Portugal. Mesmo depois da independência, os países africanos mergulharam em guerras civis, resultando em longas e sangrentas batalhas.

Os aspectos históricos constitutivos deste país e as relações geopolíticas com as nações africanas e com Portugal ajudam a pensar as identidades como dispositivo. Como o Brasil, ex-colônia lusa, entende a CPLP, entidade composta de Portugal e de seis países africanos e Timor Leste, também ex-colônias portuguesas? “Além da retórica de países irmãos unidos pela história, os indicadores entre Brasil e CPLP estão aquém do que se poderia considerar relações privilegiadas” (MIYAMOTO, 2009, p. 33). A explicação para essa falta de interesse pode ser a permanência nos trânsitos identitários de ideários racistas, escravistas e europeus.

A pesquisa exploratória do tratamento dos dez primeiros anos de CPLP na *Folha* e em *O Globo* revela que foram raras e descontextualizadas as notícias sobre essa comunidade e os países africanos. Os dados das Tabelas 2 e 3 sugerem o não reconhecimento pelo Brasil do mundo lusófono. De maneira geral, as raras notícias diluídas em dez anos oferecem indícios de um reiterado e interessado silêncio, que produzirá invisibilização identitária, chegando à indiferença do *outro* e de *nós mesmos*.

Tabela 2 - Notícias na *Folha de S. Paulo* sobre CPLP e África portuguesa

Anos / Critérios	Anos										TOTAL
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Presidente FHC	05	-	01	01	01	-	02	-	-	-	10
Presidente Lula	-	-	-	-	-	-	-	04	04	-	08
Acordos CPLP	03	01	02	01	-	02	01	01	02	-	13
Conflitos	01	-	04	-	02	-	-	-	-	-	07
<b>SUBTOTAL</b>	<b>09</b>	<b>01</b>	<b>07</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>00</b>	<b>38</b>

Fonte: Pesquisa no acervo do jornal de janeiro de 1996 a janeiro de 2006

Tabela 3 - Notícias em *O Globo* sobre CPLP e África portuguesa

Anos / Critérios	Anos										TOTAL
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Presidente FHC	04	-	-	-	02	-	01	-	-	-	07
Presidente Lula	-	-	-	-	-	-	-	-	04	02	06
Acordos CPLP	05	04	03	02	02	02	02	01	02	02	25
Conflitos	01	-	04	05	01	-	-	01	-	-	12
<b>SUBTOTAL</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>07</b>	<b>07</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>06</b>	<b>04</b>	<b>50</b>

Fonte: Pesquisa no acervo do jornal de janeiro de 1996 a janeiro de 2006

Quando os jornais trataram da CPLP e os países africanos, o tema *acordo* foi o que mais apareceu em razão, principalmente, da proposta de unificação da escrita nos países dessa comunidade. No entanto, as ações dos presidentes no período merecem atenção. Na *Folha*, registramos dez notícias em que o presidente FHC tem predominância. O presidente Lula teve oito citações nesse jornal. Em *O Globo*, foram sete para FHC e seis para Lula. Mas, no período recortado da pesquisa, sete anos foram do Governo FHC e três anos do Governo Lula, o que revela uma intensidade maior nos três primeiros anos de Lula do que nos sete de FHC.

Chama atenção que nos anos 1997 e 2001, na *Folha*, não há nenhum registro ligando o tema ao presidente FHC. Com Lula, não existe citação em

2005, aliás, não há qualquer notícia sobre essa comunidade em 2005. Em *O Globo*, FHC não aparece ligado à lusofonia em 1997, 1998, 1999 e 2001. Com Lula, em *O Globo*, não há registro em 2003.

Numa apuração detalhada, percebemos a concentração das notícias em poucos dias, coincidindo com viagens presidenciais e, logo depois, um longo desaparecimento do tema. Na *Folha*, há cinco notícias com FHC em 1996, sendo quatro publicadas de 14 a 18 de julho, em razão da ida do presidente a Lisboa para a criação da CPLP. Depois, silêncio e só reaparece uma pequena notícia em 1998. Com o presidente Lula, em 2004, esse jornal publicou quatro notícias, sendo todas de 21 a 28 de julho, em razão de uma viagem do presidente à África. Na sequência, silêncio, incluindo todo ano de 2005. A concentração e, logo depois, o silêncio também ocorreram em *O Globo*. Um destaque é o ano 2000, onde foram lembrados os 500 anos. Apesar de realizadas celebrações a protestos, os jornais não agendaram a CPLP e os países da África portuguesa. Foram apenas três registros na *Folha* e cinco em *Globo*.

Uma primeira constatação, em razão desses dados, é da existência de um modo de *invisibilização por ausência*, um silêncio, um não dizer, um não existir, não apenas dos países africanos portugueses, mas da própria comunidade.

## 5 Para além dos números

Ao analisarmos as raras notícias do período, com foco nos países africanos de língua portuguesa, retomamos a análise histórica e as formulações sobre o dispositivo identitário. Invariavelmente, as nações africanas são enquadradas nesses jornais como pobres, em conflito permanente e castigadas por corrupção e ditaduras. Os países estão sempre a esperar doações e pelo perdão de suas dívidas. Os jornais até fazem uma associação familiar entre Brasil e as nações africanas, mas para lembrar, insistir, reforçar que somos o



“primo rico” e elas, os “primos pobres”. Nas notícias, o governo brasileiro é chamado a assumir a postura de líder, de comando dos destinos dos países africanos, mas com uma conta a ser paga por eles: o apoio ao Brasil para ter um assento no Conselho de Segurança da ONU.

A notícia de criação da CPLP é relevante e significativa. Em 16/07/1996, um dia antes da CPLP ser instituída, *O Globo* (O País, p. 3) repercute uma entrevista do presidente FHC ao jornal português *Diário de Notícias*. Ele afirma que o “brasileiro pensa como caipira” (Figura 2). Para o presidente, a “mentalidade caipira e provinciana” dos brasileiros “rejeita a globalização da economia”. E FHC tem uma explicação histórica para isso: “sem dúvida nenhuma, é uma variante da *mentalidade crioula*”, ou seja, uma nítida referência aos negros na formação nacional. Essa entrevista foi publicada no mesmo dia na *Folha* (Brasil, p. 5): a “posição isolacionista seria uma variante da *mentalidade crioula*” (Grifos nossos).



Figura 2 – Recorte de parte da notícia em *O Globo* (O País, 16/07/1996, p. 3)

Na *Folha* de 14/07/1996 a manchete é: “FHC formaliza em Lisboa um novo bloco”. Na notícia, estão marcas identitárias e os interesses em jogo: “A

idéia de buscar apoios para a candidatura do Brasil a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (...) Contar com o voto de cinco países africanos de língua portuguesa é sempre um ativo importante para a diplomacia brasileira, por *pobres e fracos que sejam*" (Grifos nossos).

Em 18/07/2000 a *Folha* (Brasil, p.7) traz: "Presidente perdoa dívida de Moçambique", conforme Figura 3. Ao discursar na reunião da CPLP, "FHC incorporou o papel de líder do bloco formado por sete países". Diz o jornal: "De uma só vez, FHC mandou recados para dissidentes políticos de Angola, cobrou união do grupo para enfrentar os efeitos da globalização, estabeleceu prioridades para o desenvolvimento comum, distribuiu verbas para treinamento de pessoal e disponibilizou tecnologia (...) O discurso do presidente foi voltado principalmente para os 'primos pobres' africanos". (Grifos nossos).



Figura 3 – Recorte de parte da notícia na *Folha de S. Paulo* (Brasil, 18/07/2000, p. 7)

Mesmo ao lembrar que o Brasil é membro da CPLP, os jornais deslocam os sentidos de pertencimento, de modo a afastar, silenciar sobre o passado colonial no Brasil e permitir o distanciamento identitário dos africanos. Em 13/04/1999, a *Folha de S. Paulo* (Brasil, p. 6) relata uma viagem de FHC à Europa, onde passa por Lisboa. Diz: "A visita a Portugal seria mais de compadrio, dado o relacionamento histórico entre os dois países, não fosse o

Timor Leste". O Timor estava em luta pela libertação da Indonésia e o Brasil foi o último país da CPLP a manifestar apoio a Timor. Na notícia da "visita de compadrio", a *Folha* lembra que: "(...) a CPLP, que reúne, além de Brasil e Portugal, as antigas colônias africanas de Portugal". Ou seja, só os países africanos são antigas colônias? O Brasil tem "relacionamento histórico" e de "compadrio" com Portugal.

Nos três primeiros anos do Governo Lula a lógica dos jornais se mantém na relação aos países africanos e a CPLP. O desprestígio dessa comunidade é tanto que a *Folha*, em 12/07/2003 diz: "Lula propõe bloco da língua portuguesa". O jornal publica falas que seriam do presidente e que são reveladoras: "A CPLP, talvez mais que nenhuma outra instância, mostra o quanto Portugal e Brasil podem realizar juntos. Afinal, não nos faltam o que poderiam chamar de vantagens comparativas – a língua, a cultura, a afinidade natural". Em *O Globo*, os relatos são os mesmos, como na edição do dia 26/07/2004, conforme Figura 4.



Figura 4 – Recorte de parte da notícia em *O Globo* (O País, 26/07/2004, p. 8)

Nas notícias sobre os acordos na CPLP, os africanos também são alvo de afastamento identitário. A *Folha*, em 15/07/1997, conforme Figura 5, traz uma notícia exemplar. Informa-se que "os países africanos de língua portuguesa

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p147>

querem que o Brasil estenda a eles o mesmo direito de livre circulação concedido aos portugueses, que podem visitar o país sem a necessidade de obter visto nos consulados. (...) “O Governo brasileiro recebeu o pedido com reservas (...) porque há casos de pessoas desses países presas no Brasil por tráfico de drogas”. O perigo, o medo do *outro* é africano também aparece em edições e em *O Globo*.



Figura 5 – Folha de S. Paulo (Cotidiano, 15/07/1997, p. 4)

Em *O Globo* de 14/04/1996, o então primeiro-ministro português Antônio Guterres responde a uma entrevista sobre a CPLP, mas nela não há nenhuma pergunta sobre os países africanos. *O Globo* queria saber, por exemplo, se a “CPLP vai abrir as portas da Europa para o Brasil e as do Mercosul para Portugal?”.

Quanto aos conflitos nos dez primeiros anos da CPLP, os jornais registraram alguns na África e, principalmente, em Timor Leste, que lutava pela independência. Há registros de golpes, com pequenas notícias em Angola, 1997; Guiné Bissau, em 1998; e São Tomé, em 2003. Nelas, há uma sutil crítica ao Brasil por personagens envolvidas nos conflitos em razão da indiferença

brasileira. “Para o premiê português, seria desejável que o Brasil se envolvesse mais” (*O Globo*, 29/06/1999, p. 28). Nas 19 pequenas notícias sobre conflitos em dez anos nos dois jornais há apenas uma, na *Folha* (19/06/1998), conforme a Figura 6, em que o professor Ladislau Dowbor fala das relações históricas entre Bissau e Brasil, não só no período colonial: “Houve uma época em que a Guiné-Bissau recebeu os refugiados da ditadura militar. Há uma quantidade de refugiados brasileiros que trabalhou lá”.



Figura 6 – Recorte de parte da notícia na *Folha de S. Paulo* (Mundo, 19/06/1998, p. 15)

## 7 Considerações finais

Os dados apresentados nessa pesquisa indicam modos de invisibilização pelos jornais das relações identitárias entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa. As maneiras de ocultar ocorrem em duas etapas distintas, mas entrelaçadas.

Em primeiro lugar percebe-se a quase ausência de notícias, não apenas envolvendo a África portuguesa, mas de toda a CPLP, que majoritariamente é africana. Esse quadro de “não existir” não é obra do acaso, uma “falha”, mas uma ação seletiva, racial, interessada e que revela os efeitos do poder nas disputas identitárias. A invisibilidade por ausência é parte do processo

identitário no Brasil que, historicamente, busca apagar, pelo silêncio, traços constitutivos dos países colonizados da CPLP.

Em segundo lugar, verifica-se que o ocultamento se dá com a presença de um discurso, mesmo diante de raras notícias, que promove a invisibilização a partir do reforço de parâmetros eurocêntricos, fixando pontes que parecem intransponíveis entre *nós*, uma nação que busca o moderno com a distância e o apagamento do passado, e o *outro*, nesse caso, das “ex-colônias portuguesas” na África. Apesar dos traços históricos que nos constituem, as notícias silenciam sobre esse aspecto e, ao mesmo tempo, revelam um Brasil em *compadrio* com Portugal e que, no máximo, é o *primo rico* e racialmente distante das ex-colônias portuguesas africanas.

Acreditamos que as linhas de forças, de enunciação e de visibilidade nos dispositivos identitário e jornalístico na relação entre Brasil e África portuguesa resultam em significativas distâncias, silêncios e apagamentos interessados e reiterados. Mesmo quando se diz algo, fala-se de um processo identitário que reforça a construção de profundas diferenças. Diz-se de uma não possibilidade de pontes e de uma comunidade de iguais ou semelhantes. Nos dez primeiros anos da CPLP, há nos jornais um modo de invisibilização identitária racial que se constituiu pelo não reconhecimento, pela produção da indiferença e pelo apagamento do *nós* enquanto uma comunidade possível.

## Referências

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE, 1993.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2015v1n1p147>

ANTUNES, E. e VAZ, P. B. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, C. e FRANÇA, V. (Orgs). **Na mídia, na rua - narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BARBOSA, N. **Diretor de filme premiado em Cannes quer romper a "invisibilidade" da África e criar pontes com o Brasil**. UOL. Disponível em: <http://cinema.uol.com.br/ultnot/2010/11/20/diretor-de-filme-premiado-em-cannes-quer-romper-a-invisibilidade-da-africa-e-criar-pontes-com-o-brasil.jhtm> Acesso em: 20 nov. 2010.

BRAGA, J. L. Nem rara, nem ausente – tentativa. **Matrizes**, São Paulo: ECA-USP, 2010, p. 65-81. Disponível em <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/179> Acesso em 16/8/2014.

CUNHA, E. L. **Estampas do imaginário**: literatura, história e identidade cultural. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? In: BALBIER, E. et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1946.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. RJ: DP&A, 2006.

MIYAMOTO, S. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2009, pp. 22-42.

Disponível <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35814269002> Acesso 11/8/2013.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p147>

QUÉRÉ, L. **De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico**. Trad. por Lúcia Lamounier Sena e Vera Lúcia Westin. Do original: "D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique". In: Réseaux, Paris: Tekhné, 1991.

RODRIGUES, N. **As raças humanas**. São Paulo: Ed. Progresso, 1957.

ROMERO, S. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1943.

SANTOS, B. S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**. USP, SP, 1993, pp.31-52. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11597> Acesso em 02/06/2014.

SHOHAT, E, e STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SODRÉ, M. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

XAVIER, I. Prefácio. In: STAM, R & SHOHAT, E. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Acesse esse e outros artigos da **Revista Observatório** em:

